

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

**Acompanhamento de Políticas
Públicas**

nº 11

**A Conta Social Revisitada
1980/1987**

**Coordenadoria de Saúde e Pre
vidência Social**

· Maio de 1989

Instituto de Planejamento - IPLAN

Acompanhamento de Políticas
Públicas

nº 11

A Conta Social Revisitada

1980/1987

Coordenadoria de Saúde e Pre
vidência Social

· Maio de 1989

SUMÁRIO

	Pág.
1. Introdução	1
2. Informações Metodológicas	2
2.1 Antecedentes e Abrangência	2
2.2 Critérios Básicos	3
2.3 Fontes de Informações Utilizadas	6
3. O Comportamento do Gasto Social	6
4. O Papel dos Recursos do Tesouro	7
5. A Partilha dos Recursos	9
6. O Comportamento das Diferentes Fontes	10
7. Conclusão	11
Anexo Estatístico	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado da revisão e atualização do documento *Recessão e Gasto Social: A Conta Social Consolidada - CSC (1980 a 1986)*¹, concluído em dezembro de 1987. Tanto a primeira versão como esta discutem o comportamento das despesas do Governo Federal nas diferentes áreas sociais a partir de 1980.

Em relação ao primeiro estudo, este apresenta três alterações importantes:

1. A inclusão de 1987 na série histórica objeto da análise.

2. A uniformização dos critérios para contabilização dos dispêndios. No documento anterior as despesas com educação, ao contrário dos demais gastos sociais, foram agregadas a partir dos "Programas" em que esta função de Governo se divide orçamentariamente. Nesta revisão, o critério básico de agregação para todas as áreas sociais, sem exceção, desceu ao nível de "Subprogramas".

3. Os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, antes considerados sob a ótica dos financiamentos contratados a cada ano, foram, nesta oportunidade, quantificados de acordo com o que foi efetivamente liberado aos tomadores.

Com essas mudanças chegou-se a uma segunda aproximação no conhecimento do componente federal do gasto público nos setores sociais. Seguramente outros critérios de mensuração mostrariam totalizações divergentes. A análise que se segue não contempla, por exemplo, as despesas federais com transporte coletivo urba-

¹VIANNA, S. M. et alii. *Recessão e Gasto Social: A Conta Social Consolidada 1980/1986*, IPEA/IPLAN, mimeo, Dez. 1987.

no. Mas, em contrapartida, inclui todos os gastos em programas como habitação, saneamento e previdência social, e não apenas os subsídios e outras despesas atendidas com recursos fiscais.

Nada obstante, qualquer que fosse o critério adotado, pouco provável que o comportamento do gasto social como um todo tivesse uma evolução diferente da que é apresentada neste documento.

2. INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 Antecedentes e Abrangência

A Conta Social Consolidada - CSC, retoma e atualiza o trabalho desenvolvido em 1983, no IPEA/IPLAN, de elaboração da Consolidação Plurianual dos Programas de Governo - CPPG. Também, em certa medida, continuidade aos estudos iniciados em 1984, em conjunto com técnicos do Banco Mundial, sobre políticas e financiamento do sistema de saúde brasileiro.

Cobrando o período de 1980 a 1987, a CSC engloba não só os recursos do Tesouro, inclusive o Fundo de Investimento Social FINSOCIAL, como também o Fundo de Previdência e Assistência Social FPAS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (no que se refere aos recursos destinados à habitação e saneamento) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

Foram consideradas como "sociais" as seguintes áreas:

- Alimentação e Nutrição
- Saúde
- Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente
- Educação e Cultura
- Habitação e Urbanismo
- Trabalho
- Assistência e Previdência.

Não foram incluídos na CSC o Projeto Nordeste e as áreas de Transporte Urbano, Justiça, e Apoio ao Pequeno Agricultor (reforma agrária), embora essas áreas tenham integrado o Programa de Prioridades Sociais - PPS, nos anos de 1985 e 1986.

Também não foram considerados os gastos sociais das empresas estatais e dos bancos oficiais, exceto os recursos do FAS e uma pequena parcela do FINSOCIAL, geridos, respectivamente, pela Caixa Econômica Federal - CEF, e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Isso quer dizer que as despesas dessas e de outras instituições oficiais de crédito, bem como as das demais empresas estatais que prestam serviços sociais (saúde, alimentação, previdência complementar, etc.) para seus funcionários e dependentes, não foram contempladas na CSC.

2.2 Critérios Básicos

As séries históricas, no que se referem aos gastos do Tesouro e do FPAS, foram construídas a partir dos gastos segundo os subprogramas típicos dos diferentes programas², como são orçamentariamente identificados. Nos demais casos (FGTS e FAS), utilizaram-se dados na forma disponível nas fontes consultadas (Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CDU do IPEA/IPLAN para o FGTS, Assessoria do Conselho de Desenvolvimento Social - CDS/SEPLAN e Caixa Econômica Federal para o FAS).

No programa Saúde, destacou-se, como área específica, o subprograma de Alimentação e Nutrição. O gasto com saúde, portanto, é o resultado do somatório das despesas dos demais subprogramas, Assistência Médico-Sanitária (428 x), Controle de

²Segundo a Classificação Funcional Programática.

Doenças Transmissíveis (429 x), Vigilância Sanitária (430 x), Produtos Profiláticos e Terapêuticos (431 x), Assistência Materno-Infantil (432 x) e "Outros Gastos".

Em "Outros Gastos", tanto na área da saúde como nas demais, estão incluídas todas as outras despesas (administração, planejamento, ciência e tecnologia, etc.) do Ministério específico da área e excluídos aqueles gastos correspondentes a subprogramas típicos de outra área social.

Os gastos com Treinamento de Recursos Humanos - subprograma típico do programa Ensino Supletivo (Função Educação e Cultura) - presentes em todas as áreas, foram agrupados na área de educação. Mas as despesas do Ministério da Educação com os Hospitais Universitários e de Ensino e com merenda escolar estão contabilizados nas áreas de saúde e alimentação e nutrição, respectivamente.

Procedimento análogo foi adotado em relação aos subprogramas típicos do programa Previdência. Dois deles, Previdência Social ao Servidor Público - PASEP (494 x) e Previdência Social a Inativos e Pensionistas (495 x), estão presentes em todos os órgãos governamentais. As despesas correspondentes foram contabilizadas na área de assistência e previdência.

A adoção desses critérios permite, no entendimento dos autores, um refinamento de informação bem maior do que se utilizado simplesmente o gasto por "Função" ou "Ministério Setorial"³.

Esta última hipótese (gasto por "Função" ou "Ministério Social") seria a menos trabalhosa, pois os dados relativos ao orçamento fiscal já vêm sendo tabulados com essas especi-

³Funções de Governo consideradas como sociais neste estudo: Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Trabalho, Assistência e Previdência. Os seguintes Ministérios foram classificados como da área social: Educação e Cultura, Interior, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho. A partir de 1985, consideram-se também os Ministérios da Cultura e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

ficações no Balanço Geral da União. Todavia, nessa alternativa, as despesas seriam subestimadas. O gasto social com recursos do Tesouro, Cz\$ 471,4 bilhões, em 1987 segundo a metodologia adotada (Tabela I), atinge Cz\$ 454,5 bilhões (Tabela II) quando apresentado por função orçamentária, ou é ainda bem menor Cz\$ 305,4 bilhões - quando tabulado por Ministério da área social⁴ (Tabela III).

A opção de contabilizar os dados do Orçamento Fiscal a partir dos Subprogramas exigiu um verdadeiro trabalho de garimpo nos Balanços Gerais da União. Em contrapartida, as informações das demais fontes de financiamento da área social, que representaram 57,9% do total em 1987, foram obtidas a partir de dados secundários.

Assim mesmo, há boas razões para crer que o gasto nas áreas sociais quantificado na CSC esteja aquém do real. O Balanço Geral da União e as demais fontes de informação utilizadas não têm a transparência necessária para revelar, por exemplo, quanto os diferentes órgãos da administração direta e indireta realmente despendem com serviços sociais (principalmente alimentação e assistência médica) prestados como *fringe benefits* aos seus funcionários e dependentes.

Ademais, a CSC não contempla as despesas feitas com recursos próprios dos órgãos autônomos vinculados aos Ministérios. Essa informação não aparece no balanço Geral da União. A sua inclusão exigiria consulta aos Balanços dessas instituições. É possível que esse tipo de receita tenha algum significado em determinados casos. Na Fundação Serviços de Saúde Pública FSESP, por exemplo, órgão vinculado ao MS, a receita própria representou em 1986 20% do total dos recursos despendidos⁵.

⁴Isto se deve ao fato de que nem todos os gastos nas funções orçamentárias consideradas como "sociais" neste estudo se realizam através dos Ministérios da área social.

2.3 Fontes de Informação Utilizadas:

1. SEPLAN

a. Secretaria Geral de Controle Interno: Balanços Gerais da União (1980, 1981, 1982, 1983 e 1984),

b. Assessoria do Conselho de Desenvolvimento Social: Dados de aplicações, repasses e transferências a fundo perdido do FAS,

c. IPEA: Relatório do FINSOCIAL (Assessoria da Vice-Presidência), informações sobre o FGTS (Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano), e Relatórios do PPS-1985 e 1986 (Assessoria da Vice-Presidência).

2. Ministério da Fazenda

. Secretaria Central de Controle Interno: Balanços Gerais da União (1985 a 1987).

3. Ministério da Previdência e Assistência Social

a) INAMPS, INAMPS em Dados (1980/1986),

b) Secretaria de Planejamento e Orçamento: despesas das instituições do SINPAS, segundo o programa de trabalho 1984-1987,

c) Balanços das Instituições do SINPAS (1980/1983)

4. CEF/DECOF: Dados de recursos liberados a conta de empréstimo pelo FAS.

3. O COMPORTAMENTO DO GASTO SOCIAL

As despesas do Governo Federal com seus programas sociais, que vinham crescendo, tanto em valores globais como per capita, no período 1980-1982, apresentaram quedas reais em 1983 e 1984. Enquanto em 1983 (Tabela IV) o PIB apresentou uma queda de -2,8%, o gasto social teve uma diminuição cinco vezes superior

(-15%). No ano seguinte, a despeito da evolução positiva do PIB (+5,7%) os gastos sociais continuaram em decréscimo (-13,2%).

A recuperação do gasto social, iniciada a partir de 1985, permitiu que em 1987 se alcançasse o maior dispêndio da década em valores absolutos reais. Nada obstante, o gasto per-capita que alcançou a cifra de Cz\$ 8.082,38 em 1987, 34,8% superior ao observado em 1984 (ano mais crítico do período), é ainda inferior ao realizado nos três primeiros anos da década (Tabela IV).

A evolução em relação ao PIB tem comportamento similar: decréscimo ainda que pouco expressivo em 1983 e diminuição maior no ano seguinte. O gasto social federal, que em 1982 representava 10,5% do PIB, baixou para 7,8% em 1984, subindo nos anos subseqüentes até alcançar 8,8% em 1987 (Tabela IV).

4. O PAPEL DOS RECURSOS DO TESOUREIRO

A participação do Orçamento Fiscal⁶ pode ser um bom indicador do grau de prioridade da área social nas políticas públicas. A alocação desses recursos, por não estar amarrada a nenhum uso específico, como ocorre com as fontes vinculadas, depende apenas de vontade política. Já o dispêndio com recursos oriundos de fundos sociais, como o FPAS e FINSOCIAL, depende menos de decisão política do que do comportamento da economia como um todo e do nível de emprego e salário.

Assim é que, nos anos de crise (1983-1984), ainda que tanto o gasto do orçamento fiscal quanto o oriundo de outras fontes (FPAS, FGTS, etc) tenham caído, o decréscimo foi menor nas alocações do orçamento fiscal. Tal comportamento sugere uma certa opção política no sentido de minimizar os efeitos da

⁶Inclusive a contribuição social (FINSOCIAL) criada pelo Decreto-Lei nº 1940/82.

crise mediante realocação de recursos públicos em favor de políticas de caráter compensatório.

As fontes que compõem o orçamento fiscal respondiam até 1984 por quase 30% do financiamento federal para a área social.

A partir de 1984 estes recursos tiveram um crescimento de quase 97%, enquanto os originários das demais fontes apresentaram um crescimento bem menor (18,9%). Como consequência, a participação relativa das fontes que compõem o Orçamento Fiscal subiu, passando de 30,5% em 1984 para 42,2% em 1987 (Tabela V).

No Orçamento Fiscal (Tabela VI) ficou caracterizado o nítido aumento de prioridade para a área social a partir de 1985. Nesse ano, os recursos do Tesouro destinados às áreas sociais tiveram um crescimento real de 41,0%, contra um acréscimo de 18,4% nas despesas totais do Tesouro. Em 1986, entretanto, o crescimento do gasto social (22%) foi inferior ao dos dispêndios totais do Tesouro (73,5%). E, em 1987, apesar do dispêndio total ter decrescido em relação ao ano anterior (-9,3%), o gasto social, financiado com recursos do Orçamento Fiscal, continuou crescendo (14,35%) (Tabela VI).

Este crescimento sustentado dos gastos do Tesouro nas áreas sociais a partir de 1985 decorre sobretudo da progressiva incorporação do FINSOCIAL uma das fontes vinculadas à área social ao orçamento fiscal. Em 1984 os recursos originários dessa fonte representaram 10%, 47,8% e 50,2% dos gastos do MEC, MS e MINTER. No ano seguinte esses percentuais foram de 24,8%, 71,1% e 24,2%⁷.

Em 1985 e 1986, 80,4% e 96,3% da receita desse fundo foram utilizados como recursos convencionais do Tesouro para compor

⁷SILVA, Fernando A. Resende, SILVA, Beatriz A.: Estudos para a Reforma Tributária. Tomo 4, Contribuições Sociais. IPEA/INPES, Textos para Discussão Interna nº 107 Março 1987.

os orçamentos dos Ministérios da área social. Esse percentual, que foi de 21,1% em 1984, alcançou 95,8% em 1987⁸.

Essa fonte, que em 1987 gerou uma receita superior a Cz\$ 74,0 bilhões, contribuiu de forma decisiva para a expansão dos gastos do Tesouro nas áreas sociais, sobretudo em alimentação e nutrição e saúde.

5. A PARTILHA DOS RECURSOS

Assistência e previdência, educação e cultura e saúde absorveram mais de dois terços do gasto social federal incluindo todas as fontes no período 1980-87. Esse comprometimento, que esteve em torno de 85% de 1980 a 1983, variou entre 90% a 87,5% no período de 1984 a 1987 (Tabelas VII e VIII).

A área de assistência e previdência realizou entre 54,5% e 60% do total dos dispêndios entre 1980 e 1986, caindo para 45,2% em 1987. Saúde, por sua vez, teve sua menor participação em 1983 (16,5% do gasto) e a maior em 1987 (24,1%), com um crescimento real de 44,3% no período 1980-87.

Já educação, com exceção de 1983, teve uma participação relativa crescente, passando de 9,58% em 1980 para 18,2% em 1987, com um crescimento real de mais 117,0% no mesmo período. Das três áreas acima referidas, assistência e previdência foi a que teve menor crescimento nos anos pós-1984, apresentando em 1987 o menor dispêndio de todo o período.

As áreas de saneamento e trabalho tiveram participação modesta. A primeira com percentuais que variaram de 2,27% em 1984 a 5,1% em 1987. A segunda trabalho não chegou a alcançar 1% do gasto, ainda que sua presença relativa tenha quase triplicado no período.

⁸LIMA, Mozart Abreu, BAPTISTA, L. e MUNIZ, K.: FINSOCIAL - Análise Sumária do Financiamento (1982-1986) IPEA/ASTEC/FINSOCIAL, Jan/87.

A área de alimentação e nutrição passou de 0,63% em 1980 para 2,55% em 1987, mais do que quadruplicando sua participação relativa. Os recursos aplicados nesta área, de Cr\$ 6,2 bilhões em 1980, atingiram o montante de 28,6 bilhões em 1987, a preços deste último ano.

Apenas as áreas de assistência e previdência e de habitação e urbanismo não conseguiram, depois de 1984, retomar o nível do gasto experimentado nos três primeiros anos da década. As aplicações nesta última área, que em 1980 correspondiam a 12,35% do gasto social, reduziram-se gradativamente, até cerca de 3,9% em 1986 e 1987. Em valores constantes os recursos, de Cz\$ 121,3 bilhões em 1980, decresceram para Cz\$ 43,6 bilhões em 1987.

6. O COMPORTAMENTO DAS DIFERENTES FONTES

A área social tem no FPAS a sua fonte de financiamento mais importante. Os recursos dessa fonte, aplicados exclusivamente em assistência e previdência, saúde e alimentação e nutrição, responderam por mais da metade do gasto federal nas áreas sociais. O percentual variou entre 52,7% em 1987 (mínimo) e 60,6% em 1984 (máximo). O nível de gasto de 1987, ainda que tenha apresentado um crescimento próximo a 24% em relação a 1984, é ainda inferior ao registrado em 1982 (Tabelas IX e X).

Os recursos do Tesouro (incluindo as alocações diretas do FINSOCIAL aos Ministérios setoriais) aumentaram sua participação no gasto social federal a partir de 1985. Os dispêndios oriundos desta fonte praticamente duplicaram em 1987 em relação a 1984 e o nível de gasto, nos três últimos anos, superou aquele verificado nos primeiros anos da década. Sua participação relativa no total dos dispêndios também cresceu, passando de 26,7% em 1980 para 42,1% em 1987.

Comportamento inverso observou-se com relação aos recursos do FGTS, que são destinados à habitação, urbanismo e saneamen-

to. As aplicações provenientes desta fonte, que atingiram Cz\$ 147,3 bilhões em 1980, caíram para Cz\$ 55,4 bilhões em 1987. Em termos relativos, a participação desta fonte caiu, de 15% em 1980, para menos de 5% em 1987.

A presença do FAS e de "Outras Fontes" (PIN/PROTERRA, etc) é residual, não chegando a 2% do gasto total, o mesmo acontecendo com recursos do FINSOCIAL desvinculados dos orçamentos dos Ministérios setoriais (Tabela IX).

7. CONCLUSÃO

Os gastos do Governo Federal nas áreas sociais, que vinham crescendo nos três primeiros anos da década de 80, sofreram sensível redução em 1983 e 1984, anos em que a crise econômica golpeou mais fundo as finanças públicas.

A recuperação ocorrida a partir de 1985 não permitiu que se atingisse o gasto per-capita alcançado em 1982. O gasto per-capita de 1987, Cz\$ 8.082,38, é quase 5% inferior ao verificado naquele ano, embora seja o mais alto desde 1983 em termos reais.

Entre as principais fontes de financiamento das áreas sociais FPAS, Orçamento Fiscal e FGTS a crise de 1983/84 provocou maiores danos nos dispêndios do FGTS e do FPAS, fontes mais diretamente relacionadas aos níveis de emprego e salário⁹.

A necessidade de compensar os efeitos negativos da recessão levou à ampliação das fontes de financiamento dos programas sociais. Em 1982 foram aumentadas as contribuições para o FPAS e criado o FINSOCIAL. A primeira medida ajudou a recompor, ao menos em parte, os cofres da Previdência Social. O FINSOCIAL,

⁹VIANNA, S. M., MEDICI, A. C. e PIOLA, S. F. "Os Serviços de Saúde durante a Recessão". in: CHAHAL, J. P. e CERVINI, R. org. Crise e Infância no Brasil. O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico. IPE/USP/UNICEF, 1988, 402p.

detinado pela retórica oficial à ampliação das ações do Governo no campo social, funcionou, na verdade, como mero substitutivo das fontes fiscais convencionais, ainda que reforçando políticas direcionadas para as populações mais carentes (programas de alimentação e nutrição).

A "recuperação" pós-84 deve-se, assim, ao comportamento dos recursos do Orçamento Fiscal, que quase duplicaram em 1987, em relação a 1984. A partir de 1985 houve um crescimento constante dos recursos fiscais destinados às áreas sociais, com o conseqüente aumento da participação relativa dessa fonte (de 30,5% em 1984 para 42,2% em 1987). Esta performance pode ser em boa parte creditada à inclusão de recursos do FINSOCIAL no do Orçamento Fiscal.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA I
BRASIL: CONSOLIDACAO DOS GASTOS FEDERAIS (RECURSOS DO TESOIRO), SEGUNDO AS AREAS SOCIAIS.
1980 - 1987

(EM Cz\$ DE 1987) (1)

AREAS PROGRAMATICAS	ANOS							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
SAUDE	24.102.279.700	25.177.411.945	28.433.707.700	24.409.818.796	22.191.515.216	32.052.112.332	41.762.103.400	52.433.665.400
ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.494.050.104	4.296.154.379	3.029.655.972	1.183.814.985	4.388.551.806	16.843.632.115	25.002.092.542	28.623.912.000
SANEAMENTO E PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	5.494.101.578	5.464.055.770	5.680.732.369	3.314.854.655	3.237.761.071	3.210.084.648	5.502.963.176	21.060.300.900
EDUCACAO E CULTURA	85.595.909.296	105.638.544.630	110.208.072.465	92.418.794.337	89.804.652.292	122.422.119.538	169.873.204.969	201.755.048.100
HABITACAO E URBANISMO	3.087.397.726	3.821.962.348	3.705.645.392	2.339.931.034	4.542.242.919	3.694.579.474	17.271.357.942	24.244.832.600
TRABALHO	3.691.034.750	3.445.895.330	3.809.124.874	3.376.530.945	2.900.841.433	4.461.388.597	7.594.503.764	10.229.020.800
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	136.600.551.568	154.491.911.144	134.004.046.287	129.350.489.405	112.513.057.364	155.252.761.908	145.220.302.016	133.017.943.000
SUBTOTAL	262.065.324.722	302.335.935.546	288.870.985.058	256.394.234.158	239.578.622.100	337.936.678.612	412.226.527.809	471.364.722.800
OUTRAS AREAS	759.748.996.435	619.127.040.327	676.735.759.247	655.504.318.440	626.970.617.658	688.358.204.677	1.368.085.377.040	1.143.734.874.900
TOTAL DOS GASTOS DO TESOIRO	1.021.814.321.157	921.462.975.872	965.606.744.305	911.898.552.598	866.549.239.758	1.026.294.883.289	1.780.311.904.849	1.615.099.597.700

FONTE : Balancos Gerais da Uniao 1980 a 1987.

(1) Os valores das series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Indice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA II
BRASIL: DESPESAS DA UNIAO (RECURSOS DO TESOURO), SEGUNDO AS FUNCOES SOCIAIS.
1980 - 1987

(EM C2\$ DE 1987)(1)

FUNCAO	ANOS								
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
08 - EDUCACAO E CULTURA	86.163.526.113	108.343.242.623	119.354.789.230	93.081.428.794	89.231.839.734	131.969.516.197	186.966.894.764	212.157.179.500	
10 - HABITACAO E URBANISMO	3.005.145.125	1.813.125.665	2.855.459.028	1.948.626.460	4.321.211.106	3.241.870.012	17.034.829.676	29.994.281.000	
13 - SAUDE E SANEAMENTO	24.749.835.225	24.084.452.042	27.663.734.818	21.826.232.426	21.822.122.495	33.412.708.326	51.180.632.937	58.956.923.500	
14 - TRABALHO	4.640.065.607	3.888.179.569	4.310.619.920	3.956.296.061	3.574.822.387	5.136.940.759	7.936.633.283	10.601.925.200	
15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	123.154.398.303	136.235.096.000	127.528.710.369	114.654.103.143	108.644.012.289	134.140.641.107	144.827.083.781	142.847.633.000	
SUBTOTAL	241.712.970.373	274.364.095.898	281.713.313.365	235.466.688.884	227.594.008.012	307.901.676.402	407.946.074.441	454.557.942.500	
DESAIS FUNCOES	780.101.350.784	647.098.879.974	683.893.430.940	676.431.865.714	638.955.231.747	718.393.206.887	1.372.365.830.407	1.160.541.645.200	
TOTAL	1.021.814.321.157	921.462.975.872	965.606.744.305	911.898.552.598	866.549.239.758	1.026.294.883.289	1.780.311.904.849	1.615.099.587.700	

FONTE: Balancos Gerais da Uniao 1980 a 1987.

(1) Os valores das series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Indice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA III
BRASIL: DESPESAS DA UNIAO (RECURSOS DO TESOUREO), SEGUNDO MINISTERIOS DA AREA SOCIAL
1978 - 1987

(EM C&#228; DE 1987)(1)

O R G A O S	A N O S										
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA	62.745.288.741	65.688.201.676	81.436.231.674	89.494.310.528	100.891.571.713	77.087.494.809	72.527.258.062	107.095.970.182	128.600.119.913	149.566.672.000	
MINISTERIO DA CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	561.534.399	3.312.633.251	4.064.971.000	
MINISTERIO DO INTERIOR	14.390.305.929	23.927.149.635	35.411.653.598	57.289.005.848	50.645.739.541	45.133.995.326	24.773.187.307	32.662.549.766	35.529.023.536	43.213.326.000	
MINISTERIO DO DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	-	-	14.102.930.539	33.499.432.011	32.655.184.000	
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	31.576.839.180	27.063.122.820	31.328.566.784	46.040.751.847	23.563.895.721	29.452.145.210	38.242.322.979	38.794.630.868	41.775.659.021	22.557.923.000	
MINISTERIO DA SAUDE	17.070.334.557	16.260.412.059	15.542.880.001	14.501.891.404	16.420.376.090	13.098.481.528	13.431.689.283	26.874.039.144	40.020.298.082	41.373.883.000	
MINISTERIO DO TRABALHO	6.711.922.971	5.502.373.081	5.041.855.120	4.424.065.884	4.935.898.062	4.469.298.267	4.053.498.143	6.193.610.806	8.712.277.939	11.576.615.000	
SUBTOTAL	132.494.691.377	138.441.259.271	168.768.587.176	211.750.025.511	196.457.481.127	169.241.415.140	153.027.955.774	193.217.615.753	291.449.443.753	305.008.574.000	
DEMAIS MINISTERIOS	808.429.202.948	755.776.277.563	853.045.733.982	709.717.950.362	769.149.263.177	742.657.137.458	713.521.283.984	833.077.267.536	1.488.862.461.096	1.310.091.023.700	
TOTAL DA UNIAO	940.923.894.326	894.217.536.834	1.021.814.321.157	921.462.975.872	965.606.744.305	911.898.552.598	866.549.239.758	1.026.294.883.289	1.780.311.904.849	1.615.099.597.700	

FONTE: Balancos Gerais da Uniao, 1978 a 1987.

(1) Os Valores das series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Indice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA IV
BRASIL: EVOLUCAO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, GASTO SOCIAL FEDERAL TOTAL E PERCAPITA
1980 - 1987

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO (EM Cz\$ 1.000,00)		GASTO SOCIAL FEDERAL - G.S.F (EM Cz\$)					G.S.F EM RELACAO AO P.I.B
			TOTAL		PER CAPITA			
	VALORES CORRENTES	CRESC. REAL ANUAL (1)	VALORES CORRENTES	VAL. CONSTANTES (2)	CRESC. REAL ANUAL	VALORES CONSTANTES (2)	CRESC. REAL ANUAL	
1980	12.626.400	9,1	1.144.835.994	982.212.956.921	-	8.146,82	-	9,1
1981	24.551.017	(3,1)	2.478.094.127	1.012.611.917.189	3,1	8.226,81	1,0	10,1
1982	48.776.616	1,1	5.099.026.603	1.065.778.528.946	5,2	8.480,26	3,1	10,5
1983	119.106.225	(2,8)	11.014.781.734	904.523.982.893	(15,1)	7.649,23	(16,9)	9,2
1984	390.572.556	5,7	30.644.717.413	785.255.561.349	(13,2)	5.893,94	(15,0)	7,8
1985	1.418.088.263	8,4	116.684.329.481	918.165.651.820	16,9	6.864,40	14,5	8,2
1986	3.826.268.331	8,0	319.444.597.000	1.037.587.995.516	13,0	7.619,23	11,0	8,3
1987	12.788.578.655	2,9	1.120.594.859.000	1.120.594.859.000	8,0	8.082,38	6,1	8,8

FONTES: Balancos Gerais da Uniao, CEF, MPAS, BNH e outras fontes.

(1) A taxa de crescimento do PIB foi calculada com base nos valores reais (fator de conversao utilizado - Deflator Implicito).

(2) Os Valores das Series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Indice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA V
BRASIL: EVOLUCAO DO GASTO SOCIAL FEDERAL TOTAL, COM RECURSOS DO TESOURO E DE OUTRAS FONTES
1980 - 1987

ANOS	GASTO SOCIAL FEDERAL - G.S.F (EM Czf 1.000,00) (1)						PARTICIPACAO PERCENTUAL (%)	
	TOTAL (A)		TESOURO (B)		OUTRAS FONTES (C)		(B/A)	(C/A)
	VALORES CONSTANTES	CRESC. REAL ANUAL	VALORES CONSTANTES	CRESC. REAL ANUAL	VALORES CONSTANTES	CRESC. REAL ANUAL		
1980	982.212.957	-	262.065.325	-	720.147.632	-	26,7	73,3
1981	1.012.672.917	3,1	302.335.936	15,4	710.336.982	(1,4)	29,9	70,1
1982	1.065.778.529	5,2	288.870.985	(4,5)	776.907.544	9,4	27,1	72,9
1983	904.523.963	(15,1)	256.394.234	(11,2)	648.129.729	(16,6)	28,3	71,7
1984	785.255.561	(13,2)	239.578.622	(6,6)	545.676.939	(15,8)	30,5	69,5
1985	918.165.652	16,9	337.936.679	41,1	580.228.973	6,3	36,8	63,2
1986	1.037.587.996	13,0	412.226.528	22,0	625.361.468	7,8	39,7	60,3
1987	1.120.594.859	8,0	471.364.723	14,3	649.230.136	3,8	42,1	57,9

FONTES: Balancos Gerais da Uniao, CEF, MPAS, BNH e outras fontes.

(1) Os Valores das Series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Indice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

(SELCSC2)

TABELA VI
BRASIL: DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL, TOTAL E NAS ÁREAS SOCIAIS.
1980 - 1987

A N O S	ORÇAMENTO FISCAL (1)		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		RELACAU PERCENTUAL (B/A)
	TOTAL (A)	ÁREA SOCIAL (B)	TOTAL	ÁREA SOCIAL	
1980	1.021.814.321.157	262.065.324.722			25,65
1981	921.462.975.872	302.335.935.546	(9,82)	15,37	32,81
1982	965.596.293.500	288.870.985.058	4,79	(4,45)	29,92
1983	911.898.552.598	256.394.234.158	(5,56)	(11,24)	28,12
1984	866.549.239.758	239.578.622.100	(4,97)	(6,56)	27,65
1985	1.026.294.883.289	337.936.678.612	18,43	41,05	32,93
1986	1.780.311.904.849	412.226.527.809	73,47	21,98	23,15
1987	1.615.099.597.700	471.364.722.800	(9,28)	14,35	29,18

FUNTE: Balancos Gerais da União 1980 a 1987.

(1) Os valores das séries foram convertidos para Cz\$ de 1987, utilizando-se o IGP -D1 da FGV.

TABELA VII
BRASIL: GASTO FEDERAL CONSOLIDADO (RECURSOS DO TESOURO, FPAS, FINSOCIAL,
FGTS, FAS E OUTRAS FONTES) NAS DIFERENTES AREAS SOCIAIS
1980 - 1987

7

(EM C20 DE 1987) (1)

A R E A S	A N O S								
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
TOTAL GERAL	1982.212.956.921	1.012.672.917.189	1.065.778.528.946	904.523.962.693	785.255.561.349	918.165.651.820	1.037.587.995.295	1.120.594.858.949	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.221.268.931	6.501.118.904	8.170.610.324	9.076.866.456	9.825.458.005	18.029.377.959	26.710.596.390	28.623.912.000	
SAUDE	187.009.804.298	174.016.343.158	181.644.547.952	145.220.509.938	151.423.308.534	174.258.520.008	186.550.550.298	269.940.102.200	
SANEAMENTO	34.596.530.551	43.889.271.621	40.621.090.778	28.890.585.405	17.843.358.436	34.181.681.448	30.313.441.854	57.063.300.900	
EDUCACAO E CULTURA	94.104.290.600	114.388.687.057	117.183.756.348	97.153.475.339	93.656.620.867	125.420.769.695	172.758.842.031	204.667.265.200	
HABITACAO E URBANISMO	121.330.648.855	94.942.791.015	99.869.789.192	77.257.527.908	45.473.916.391	45.248.925.394	39.915.672.234	43.643.832.000	
TRABALHO	3.803.766.911	4.047.456.150	4.207.640.404	4.096.309.865	3.180.438.270	4.966.293.611	7.662.082.459	10.393.759.100	
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	535.146.646.773	575.067.249.253	614.081.093.947	542.828.687.780	463.848.460.767	516.060.083.705	573.676.809.228	506.262.687.549	

FONTES: Balancos Gerais Da Uniao, FPAS, FINSOCIAL, FAS, FGTS e Outras fontes.

(1) Os valores das series foram convertidos para precos de 1987, utilizando-se o Índice Geral de Precos - Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA VIII
BRASIL: DISTRIBUICAO PERCENTUAL DO GASTO FEDERAL CONSOLIDADO (RECURSOS DO TESOURO, FPAS, FINSOCIAL,
FGTS, FAS E OUTRAS FONTES) NAS DIFERENTES AREAS SOCIAIS
1980 - 1987

A R E A S	A N O S								
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
TOTAL GERAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	0,63	0,64	0,77	1,00	1,25	1,96	2,57	2,55	
SAUDE	19,04	17,18	17,04	16,05	19,28	18,98	17,98	24,09	
SANEAMENTO	3,52	4,31	3,81	3,19	2,27	3,72	2,92	5,09	
EDUCACAO E CULTURA	9,58	11,30	11,00	10,74	11,93	13,66	14,65	18,26	
HABITACAO E URBANISMO	12,35	9,38	9,37	8,54	5,79	4,93	3,85	3,89	
TRABALHO	0,39	0,40	0,39	0,45	0,41	0,54	0,74	0,93	
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	54,48	56,79	57,62	60,01	59,07	56,21	55,29	45,18	

FONTE: TABELA VII

TABELA IX
BRASIL: GASTO FEDERAL CONSOLIDADO (RECURSOS DO TESOURO, FPA S, FINSOCIAL, FGTS, FAS E OUTRAS FONTES.
1980 - 1987

(EM MILHARES DE Cz\$ DE 1987)

F O N T E S	A N O S								
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
TOTAL GERAL	982.212.957	1.012.672.917	1.065.778.529	904.523.963	785.255.561	918.165.652	1.037.587.995	1.120.594.859	
INDICE BASE: 1984 = 100	125,08	128,96	135,72	115,19	100,00	116,93	132,13	142,70	
PERCENTAGENS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
TESOURO	262.065.325	302.335.936	288.870.985	256.394.234	239.578.622	337.936.679	412.226.528	471.364.722	
INDICE BASE: 1984 = 100	109,39	126,19	120,57	107,02	100,00	141,05	172,06	194,75	
PERCENTAGENS	26,68	29,86	27,10	28,35	30,51	36,81	39,73	42,06	
F P A S	558.430.352	567.036.147	629.942.603	529.039.383	475.802.182	497.038.458	573.137.019	589.618.816	
INDICE BASE: 1984 = 100	117,37	119,17	132,40	111,19	100,00	104,46	120,46	123,92	
PERCENTAGENS	56,85	55,99	59,11	58,49	60,59	54,13	55,24	52,62	
F A S	11.725.436	11.536.370	10.039.112	6.823.655	3.920.094	3.857.584	3.697.608	4.269.321	
INDICE BASE: 1984 = 100	299,11	294,29	256,09	174,07	100,00	98,41	94,32	107,38	
PERCENTAGENS	1,19	1,14	0,94	0,75	0,50	0,42	0,36	0,38	
F G T S	147.345.680	129.346.045	127.551.229	96.395.585	54.901.783	65.586.448	47.454.793	55.402.000	
INDICE BASE: 1984 = 100	268,38	235,60	232,33	175,58	100,00	119,46	86,44	100,91	
PERCENTAGENS	15,00	12,77	11,97	10,66	6,99	7,14	4,57	4,94	
F I N S O C I A L	-	-	7.617.348	15.631.539	10.938.284	13.746.483	1.072	-	
INDICE BASE: 1984 = 100	-	-	69,64	142,91	100,00	125,67	0,01	-	
PERCENTAGENS	-	-	0,71	1,47	1,03	1,29	0,00	-	
O U T R A S	2.646.164	2.418.420	1.757.252	239.567	114.596	-	-	-	
INDICE BASE: 1984 = 100	2.309,13	2.110,39	1.533,43	209,05	100,00	-	-	-	
PERCENTAGENS	0,27	0,24	0,16	0,03	0,01	-	-	-	

FORTE: TABELA X

TABELA X
BRASIL: GASTO FEDERAL CONSOLIDADO (RECURSOS DO TESOIRO, FPAS, FINSOCIAL,
FGTS, FAS E OUTRAS FONTES) NAS DIFERENTES AREAS SOCIAIS
1980 - 1987

(EM C26 DE 1987)(5)

FONTES	ANOS							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
TOTAL GERAL	1.982.212.956.921	1.012.672.917.189	1.065.778.528.946	904.523.962.693	785.255.561.349	918.165.651.820	1.037.587.995.295	1.120.594.858.910
ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.221.268.931	6.501.118.904	8.170.610.324	9.076.866.456	9.829.458.085	18.029.377.959	26.710.596.390	28.623.912.000
TESOURO	3.494.050.104	4.296.154.379	7.093.730.115	8.560.741.918	9.434.866.410	17.664.674.817	25.229.459.542	28.623.912.000
Ordinario e Vinculado (1)	3.494.050.104	4.296.154.379	3.029.655.972	1.183.814.985	4.388.551.806	16.843.632.115	25.002.092.542	28.623.912.000
FINSOCIAL (2)	-	-	4.064.074.143	7.376.926.933	5.046.314.604	821.042.702	227.367.000	-
FPAS	788.041.846	751.300.798	686.928.486	516.124.538	394.591.676	364.703.142	1.481.136.848	-
OUTRAS (4)	1.959.176.981	1.453.663.727	389.951.723	-	-	-	-	-
SAUDE	187.009.804.298	174.016.343.158	181.644.547.952	145.220.509.938	151.423.308.534	174.258.520.008	186.550.550.298	269.940.102.180
TESOURO (TOTAL)	24.102.279.700	25.177.411.945	28.433.707.700	27.314.207.124	25.455.871.520	36.489.525.372	42.277.736.027	52.433.665.400
Ordinario e Vinculado (1)	24.102.279.700	25.177.411.945	28.433.707.700	24.409.818.796	22.191.515.216	32.052.112.332	41.782.103.400	52.433.665.400
FINSOCIAL (2)	-	-	-	2.904.388.329	3.264.356.304	4.437.413.040	515.632.627	-
FPAS	1159.388.185.536	145.836.418.184	149.283.009.910	115.842.806.267	124.824.802.019	136.249.578.071	143.384.392.744	216.588.146.900
FAS (3)	2.832.352.118	2.037.757.245	2.560.529.786	1.823.929.592	1.028.039.155	1.519.416.564	888.421.527	918.290.780
OUTRAS	686.986.944	964.755.804	1.367.300.556	239.566.954	114.595.839	-	-	-
SANEAMENTO E PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	34.596.530.551	43.689.271.621	40.621.090.778	28.890.585.405	17.843.358.436	34.181.681.448	30.313.441.854	57.043.300.900
TESOURO	5.494.101.578	5.464.055.770	5.680.732.369	3.314.854.655	3.237.761.071	3.210.084.648	5.502.963.176	21.060.300.900
Ordinario e Vinculado (1)	5.494.101.578	5.464.055.770	5.680.732.369	3.314.854.655	3.237.761.071	3.210.084.648	5.502.963.176	21.060.300.900
FINSOCIAL (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
FGTS	29.102.428.974	38.225.215.852	34.940.358.410	25.575.730.750	14.605.597.365	30.971.596.800	24.810.478.678	36.003.000.000
FAS	---	---	---	---	---	---	---	---
EDUCACAO E CULTURA	94.104.290.600	114.388.687.057	117.183.756.348	97.153.475.339	93.656.620.867	125.420.769.695	172.758.842.831	204.667.265.244
TESOURO	85.595.909.296	105.638.544.630	110.208.072.465	92.996.420.087	91.105.377.537	123.238.853.765	170.162.951.729	201.755.048.000
Ordinario e Vinculado (1)	85.595.909.296	105.638.544.630	110.208.072.465	92.418.794.337	89.804.652.292	122.422.119.538	169.873.204.969	201.755.048.000
FINSOCIAL (2)	-	-	-	577.625.749	1.300.725.245	816.734.227	289.746.761	-
FAS	2.786.192.649	2.624.684.751	2.686.527.200	1.353.985.469	967.990.036	1.390.206.060	1.306.336.936	1.868.566.461
CREDITO EDUCATIVO (FAS)	5.722.188.656	6.125.457.676	6.289.156.683	2.803.069.783	1.583.253.294	791.709.869	1.289.554.166	1.043.650.783
HABITACAO E URBANISMO	121.330.648.855	94.942.791.015	99.869.789.192	77.257.527.908	45.473.916.391	45.248.925.394	39.915.672.234	43.643.832.000
TESOURO	3.087.397.726	3.821.962.348	7.258.919.092	6.437.674.124	5.177.730.519	10.634.074.194	17.271.357.942	24.244.832.000
Ordinario e Vinculado (1)	3.087.397.726	3.821.962.348	3.705.645.392	2.339.931.034	4.542.242.919	3.694.579.474	17.271.357.942	24.244.832.000
FINSOCIAL (2)	-	-	3.553.273.700	4.097.743.090	635.487.600	6.939.494.720	-	-
FGTS	118.243.251.129	91.120.828.668	92.610.870.100	70.819.853.784	40.296.185.872	34.614.851.200	22.644.314.292	19.399.000.000
TRABALHO	3.803.766.911	4.047.456.180	4.207.640.404	4.096.309.865	3.180.438.270	4.966.293.611	7.662.082.459	10.393.759.086
TESOURO	3.691.034.750	3.445.895.330	3.809.124.874	3.376.530.945	2.900.841.433	4.854.828.597	7.594.503.764	10.229.020.800
Ordinario e Vinculado (1)	3.691.034.750	3.445.895.330	3.809.124.874	3.376.530.945	2.900.841.433	4.461.388.597	7.594.503.764	10.229.020.800
FINSOCIAL (2)	-	-	-	-	-	393.440.000	-	-
FAS	112.732.161	601.560.850	398.515.531	719.778.921	279.596.837	111.465.014	67.578.695	164.738.286
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	1535.146.646.773	575.087.249.253	614.081.093.947	542.828.687.780	463.848.460.767	516.060.083.705	573.676.809.228	504.262.687.500
TESOURO	1136.600.551.568	154.491.911.144	134.004.046.287	130.025.344.169	113.204.457.623	155.591.120.308	145.259.604.026	133.017.943.000
Ordinario e Vinculado (1)	1136.600.551.568	154.491.911.144	134.004.046.287	129.350.489.405	112.513.057.364	155.252.761.908	145.220.302.016	133.017.943.000
FINSOCIAL (2)	-	-	-	674.854.764	691.400.259	338.358.400	39.302.010	-
FPAS	1398.274.124.802	420.448.428.471	479.972.665.020	412.680.452.378	350.582.788.776	360.424.176.548	428.271.488.941	373.030.670.000
FAS	271.970.404	146.909.639	184.382.640	122.891.233	61.214.368	44.786.849	145.716.262	214.074.500

FONTES: Balancos Gerais Da Uniao, FPAS, FINSOCIAL, FAS, FGTS e Outras fontes.
(1) Inclui recursos do FINSOCIAL alocados nos orçamentos dos Ministerios Setoriais.

